



Patrimônio e educação na diáspora africana: desafios estruturais e pedagógicos da Educação das Relações Étnico-Raciais — Apresentação

Alan Alves-Brito¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Física, Departamento de Astronomia; Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, Brasil.

Cícera Nunes²

Universidade Regional do Cariri, Departamento de Educação, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais - NEGRER, Crato, CE, Brasil.

Ao contrário da ideia recorrente em escolas, instituições de ensino superior, secretarias de educação e outros órgãos institucionais de educação, ciência, tecnologia, cultura e arte, a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER, BRASIL, 2004), em seus tenazes movimentos negros, quilombolas e indígenas, não se resume a um *tema* ilustrativo nos currículos, nas comemorações limitadas ao dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, ou nas falas de pessoas pouco comprometidas com a luta antirracista. Efetivamente, a ERER significa a construção permanente de diálogos entremundos na proposição e execução de um *outro* projeto de sociedade, diferente daquele forjado no pensamento e nas noções de estética e memória do *ocidente*, excludentes e cosmofóbicos (BISPO DOS SANTOS, 2023).

Trata-se, portanto, de nos nossos processos de lutas e r(existências), revisarmos e revisitarmos questões históricas, sociais, antropológicas, políticas, filosóficas e psicológicas profundamente enraizadas na sociedade brasileira, levando em conta

¹ Doutor em ciências, doutorando em educação. Professor Adjunto - Instituto de Física da UFRGS. E-mail: alan.brito@ufrgs.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5579-2138>.

² Doutora em Educação, Professora Adjunta - Departamento de Educação da URCA. E-mail: cicera.nunes@urca.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6352-8991>.



humanos, não humanos, mundos visíveis e invisíveis. Entendemos, dessa forma, que uma questão central da EREER é o *território*, corpo político que se estende às vivências e experiências ancestrais, aos jeitos de ser e viver de comunidades negras, quilombolas e indígenas. Refletir a dimensão do patrimônio e da educação na diáspora africana implica em (re)pensarmos a *territorialização* em suas tensões com a colonialidade capitalista patriarcal. É nesse contexto que os projetos educativos precisam estar comprometidos com a preservação da memória dos grupos que historicamente não foram bem representados na história e na cultura brasileira, bem como, com o incentivo das ações de pertencimento dos patrimônios afro-brasileiro e indígena.

E, nesse sentido, argumentamos, em consonância com pensadoras/es negras/es e indígenas, que as escolas públicas brasileiras, os clubes negros, as escolas de samba, os terreiros de matriz africana, as favelas, os quilombos, as aldeias, as periferias e os próprios corpos negros, quilombolas e indígenas são territórios-pensamentos, imbuídos de oralidade, que também precisam ser (re)pensados em suas afrografias de memórias (MARTINS, 2021) a partir da ideia de patrimônio. Esses territórios são lugares de poder e de força ancestral que nos ajudam a cingir o outro projeto de sociedade que almejamos há séculos.

Etimologicamente, a palavra *patrimônio* quer dizer *herança*. Na construção latina e romana da palavra, o pai (*patriarca*-do) é o provedor de um conjunto de bens materiais e simbólicos, que também podem ser acessados por meio de uma memória coletiva. Já a *diáspora* é uma junção da palavra grega *dia*, ou seja, *através, por meio de, enquanto, e speiró, dispersão, disseminação*. Originalmente, *diáspora* foi usada para se referir à dispersão do povo judeu pelo mundo após a destruição do Templo de Jerusalém no século II antes da Era Comum (MACEDO, 2016).

A diáspora africana, por sua vez, sintetiza a realidade de povos africanos ou deles descendentes que tiveram que deixar o continente africano em decorrência de guerras, do colonialismo ou mesmo de tráficos internacionais, perseguições políticas, religiosas, desastres naturais ou como parte dos movimentos populacionais em busca de condições melhores de vida fora do continente (MACEDO, 2016). Há, nesse aspecto, fortes questões que envolvem deslocamentos e relações transculturais e transnacionais que operam a partir de lógicas de irmandade e pertencimento. E, nesse sentido, a diáspora africana



também se vincula à ideia de *território*, pois está intrinsecamente cingida à consciência da perda de um lugar material e/ou simbólico, onde essas pessoas têm que recriar, reestruturar e ressignificar as suas existências a partir de outras condições e referências espaço-temporais.

No caso do Brasil, a diáspora africana dos séculos XV a XIX está permeada de memória (herança) que perpassa relações assimétricas e hierárquicas de ser, saber e poder no âmbito do projeto colonizador (QUIJANO, 2000). Além disso, o que muito nos interessa no presente Dossiê, esse período nos permite compreender e destacar as enormes contribuições patrimoniais que estão sendo construídas desde então nos nossos movimentos negros guiados epistemologicamente pela ancestralidade. Reafirmamos e sinalizamos no presente Dossiê que, a despeito dos complexos dispositivos de racialidade no Brasil, que insistem em desumanizar os *corpos-territórios-pensamentos*, o patrimônio e a diáspora africana se encontram no *território* vivo da EREER. É vivo porque compartilha memórias e histórias que nos impulsionam ao presente-futuro. Assim como o Sankofa, importante símbolo dos povos africanos Akan que nos permite aprender com o passado (CARMO, 2017), a diáspora africana e o patrimônio (herança) se encontram no século XVI para, no presente, nos ajudar a projetar um futuro outro em que as redes do racismo — subjetivo, estrutural, institucional, recreativo, algorítmico, cultural, epistêmico, ambiental, religioso — sejam desfeitas.

A EREER, estamos cientes, não é a única responsável pela desarticulação do *racismo à brasileira* (MUNANGA, 2019), mas apresenta papel fundamental, entendendo que pessoas brancas e não brancas no Brasil precisam *relacionar-se*. A educação brasileira precisa ser antirracista, em suas múltiplas intersecções (de gênero, classe, origem geográfica, sexualidade, orientação sexual, sotaque, deficiência, entre outros). A EREER não é (e nunca foi) um projeto de sociedade apenas para as pessoas negras. E a escola, a universidade, o campo da produção do conhecimento, consideramos, são *territórios* clímax de proposição e construção de outros mundos e de mediação cosmopolítica dos entremundos (conflitos).

Nesse sentido, o presente Dossiê, tecido por artigos oriundos de diferentes partes do país e contextos territoriais, é instigante e altamente comprometido com as nossas afrografias das realidades *escrevidas* (EVARISTO, 2017) pela memória. O Dossiê



reúne artigos que resultam de estudos que tratam dos desafios estruturais e pedagógicos na EREER em diálogo com reflexões sobre patrimônio e diáspora africana em diferentes campos de conhecimento, como as ciências exatas, ciências da natureza, ciências humanas, tecnologias, linguagens e artes, sem perder de vista os distintos projetos de educação que nos sinalizam senso ético e sensível no estabelecimento da verdadeira democracia no país. Do primeiro ao último texto, as micro, macro e (cosmo)políticas apresentadas parem relações céu-terra que não apenas reposicionam a memória cultural de parte do continente africano reconstruída na diáspora afro-brasileira, mas também propõem cosmologias (filosofias) que são compartilhadas e salvaguardadas na luta a partir do *chão*, dos territórios escolares.

São reflexões no contexto das políticas de patrimonialização com destaque para os clubes negros e o reconhecimento desses lugares como espaços da memória de resistência negra no contexto afrodiáspórico; das artes e suas possibilidades pedagógicas: nas artes visuais produzidas por mulheres e sua narrativas político-estéticas e contra-hegemônicas, da importância da música instrumento para difundir e valorizar os saberes e fazeres de mestras e mestres negros/as e indígenas e de grupos culturais guardiões da cultura afro-indígena como contribuição à implementação das Leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e da literatura afro-brasileira com atenção à presença do patrimônio como registro do legado e da continuação histórica da população negra. São levantados apontamentos sobre o lugar da tradição oral e da ancestralidade num diálogo intergeracional para se construir caminhos para uma educação comunitária que considere as escritas de mulheres negras e os conhecimentos gerados no contexto dos territórios quilombolas.

Os artigos questionam o paradigma eurocentrado apontando perspectivas de um novo projeto de educação fundamentado na herança civilizatória africana e indígena e que articule pertencimento étnico-racial, consciência histórica, patrimônio, memória e identidade; propõem uma mudança estrutural no campo do ensino a partir do entendimento da transferência tecnológica que deu base ao processo de formação da sociedade brasileira como a análise da cultura do couro e do vaqueiro e sua importância na reconfiguração da história, cultura economia do Nordeste brasileiro e dos céus como patrimônio histórico, cultural e natural da humanidade com base numa discussão que trata



dos desafios estruturais e pedagógicos da EREER no campo do ensino e da divulgação de ciências físicas (astronomia) e sociais aplicadas (museologia).

Ademais, os artigos apontam desafios para os cursos de formação de professores de todas as áreas do conhecimento a partir de uma abordagem interseccional que considera raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, território e a inclusão das pessoas com deficiência com enfoque na construção de uma educação antirracista que considere os sujeitos nas suas diversidades e o compromisso coletivo de enfrentamento ao racismo.

Passados 21 anos desde a alteração trazida à Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, e depois que comunidades quilombolas foram recenseadas pela primeira e suas práticas tradicionais e ancestrais consideradas patrimônio, espera-se que este Dossiê proporcione o diálogo entre pesquisadores (as) de diferentes campos e instituições para traçar um panorama dos estudos que apontem novas perspectivas teórico-metodológicas no campo da afrodescendência e seu ensino numa perspectiva inter e transdisciplinar, ampliando os conhecimentos produzidos pela população negra e indígena e ressignificadas no contexto da África e da diáspora africana.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com os artigos e/ou com as avaliações dos mesmos. Esperamos que gostem desse conjunto precioso de resultados, reflexões e apontamentos que não apenas constroem novas possibilidades teóricas e metodológicas para a EREER, mas também nos convocam à ação. Boa leitura!



REFERÊNCIAS

- BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: *Ubu Editora*, 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Institui a Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Brasília*, 2003.
- BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Brasília*, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Brasília*, 2008.
- CARMO, Eliane Fátima Boa Morte do. História e cultura da África nos anos iniciais do ensino fundamental: os Adinkra. Salvador: *Artegraf*, 2017.
- EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: *Pallas*, 2017.
- MACEDO, Rivair. Entendendo a diáspora africana no Brasil. Em: FERNANDES, Evandro; CINEL, Nora Cecília Lima Boccacio; LOPES, Vera Neusa. Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Porto Alegre: *UFRGS*, 2016.
- MARTINS, Leda. Afrografias da memória: o reinado do Rosário do Jatobá. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; São Paulo: *Editora Perspectiva*, 2021.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude, Usos e sentidos. Belo Horizonte: *Autêntica*, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Ed.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, p. 201-246, 2000.

Recebido em: 21.04.2024

Aprovado em: 28.05.2024